
ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGENS, FUNDAMENTOS E CONSOLIDAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL

Mayllon Galban de Almeida¹
Elisangela Luzia Araújo²
Mara Lucy Castilho³

RESUMO:

O presente artigo investiga a temática da economia solidária discutindo suas origens na economia mundial, como uma resposta ao desemprego e às condições precárias dos trabalhadores no contexto do avanço da Revolução Industrial, bem como discute seu surgimento e expansão no Brasil, dos anos 1990 ao presente. A pesquisa explora ainda os princípios que governam a economia solidária, com destaque para a autogestão, cooperação mútua, o desenvolvimento coletivo e pessoal, a distribuição mais justa dos benefícios entre os trabalhadores, dentre outros aspectos. Contrastando-se com o capitalismo tradicional, nota-se que as potencialidades da economia solidária, que se apresenta como uma forma de equacionar problemas graves contemporâneos, tais como, o desemprego, as condições precárias de trabalho, às necessidades de investimento e consumo. Por fim, destaca-se que representatividade da economia solidária vem sendo crescente no âmbito das políticas públicas e, inclusive, no campo da pesquisa acadêmica no Brasil nos últimos anos.

Palavras-chaves: Economia solidária; Brasil; Autogestão; Cooperação.

Código JEL: B55 J54 P3

ABSTRACT:

The article investigates the theme of solidarity economy, discussing its origins in the world economy, as a response to unemployment and the precarious conditions of workers in the context of the advance of the Industrial Revolution, as well as discussing its emergence and expansion in Brazil, from the 1900s to the present. The research also explores the principles that govern the solidarity economy, with emphasis on self-management, mutual cooperation, collective and personal development, fairer distribution of benefits among workers, among other aspects. In contrast to traditional capitalism, it is noted that the potential of the solidarity economy, which presents itself as a way to solve serious contemporary problems, such as unemployment, precarious working conditions, investment and consumption needs. Finally, it is noteworthy that the representativeness of the solidarity economy has been growing in the scope of public policies even in the field of academic research in Brazil in recent years.

Keywords: Solidarity economy; Brazil; Self-management; Cooperation.

JEL Code: B55 J54 P3

Data da submissão: 12-05-2025

Data do aceite: 02-07-2025

¹ Mestre em Economia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (UEM). pg405411@uem.br

² Professora Associada do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia (UEM) . elarajujo@uem.br

³ Professora Associada do Departamento de Economia (UEM). mlcastilho@uem.br

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária emergiu como uma resposta ao desemprego e às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no contexto do avanço da industrialização na Europa, no século XIX. No Brasil, esse movimento surgiu bem mais tarde, ganhando força nas últimas décadas do Século XX, especialmente a partir dos anos 90, com a criação de projetos econômicos que valorizam a associação livre de pessoas, com base na autogestão, cooperação, trazendo o desenvolvimento coletivo e pessoal.

Apesar do crescimento e reconhecimento da economia solidária como alternativa viável ao modelo capitalista tradicional, ainda há lacuna na compreensão de sua efetividade como instrumento capaz de equacionar problemas laborais estruturais a longo prazo. Segundo Singer (2002), frequentemente, suas iniciativas são tratadas como medidas paliativas e assistencialistas, o que obscurece seu potencial transformador e dificulta a consolidação de políticas públicas mais robustas.

A despeito de seus avanços, a economia solidária enfrenta desafios profundos. Um dos principais entraves é a dificuldade de acesso a financiamento formais, o que limita a escalabilidade e a sustentabilidade financeira de empreendimentos solidários. Além disso, conforme Silva e Schiochet (2013), a ausência de um marco regulatório específico submete cooperativas e associações a exigências legais incompatíveis com sua natureza coletiva, aproximando-as do regime jurídico das empresas convencionais, o que gera insegurança jurídica e entraves operacionais.

Essas limitações revelam que, embora a economia solidária se apresenta como uma resposta inovadora e transformadora, seu pleno desenvolvimento ainda depende de rupturas institucionais e culturais. Em um cenário de desigualdade social e econômica crescente, ela permanece como uma alternativa promissora para a inclusão de grupos marginalizados e para a promoção de um modelo econômico mais equitativo.

O presente artigo investiga o conceito e o contexto do surgimento da economia solidária na economia mundial e no Brasil, discutindo os avanços da teoria no campo das políticas públicas e na pesquisa acadêmica no Brasil, considerando os artigos publicados nos últimos 10 anos (2013-2023). A metodologia utilizada consiste numa pesquisa bibliográfica em torno de trabalhos sobre o tema, a qual se acrescenta um estudo bibliométrico, como mencionado.

A estrutura do artigo é a seguinte. Após esta introdução, a Seção 2 explica brevemente as origens da economia solidária no mundo e no Brasil, como resposta aos problemas inerentes ao sistema capitalista. A Seção 3 explora a vertente conceitual dessa temática, destacando os princípios que governam a economia solidária, como a autogestão, cooperação mútua, o desenvolvimento coletivo e pessoal, a distribuição mais justa dos benefícios entre os indivíduos, comparando com *modus operandi* da economia tradicional (capitalista). A Seção 4 traz um estudo bibliométrico para oferecer um panorama quantitativo e qualitativo das pesquisas em torno do tema.

Essa pesquisa pretende contribuir com a literatura acadêmica sobre economia solidária, oferecendo uma discussão teórica do contexto e das pesquisas no Brasil neste campo, pelo que se espera que os resultados possam trazer mais conhecimento sobre o tema e informar políticas e práticas de gestão que fortalecem a economia solidária como uma alternativa possível na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusão social.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE DISCUSSÃO DAS RAÍZES E EVOLUÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA

2.1. Surgimento e expansão da economia solidária numa perspectiva global

A Primeira Revolução Industrial, cuja expansão se deu a partir da Grã-Bretanha, foi precedida pela expulsão em massa dos camponeses das terras senhoriais, dando origem ao proletariado moderno que encontrou emprego nas primeiras manufaturas. A exploração do trabalho nas fábricas era intensa, com jornadas de trabalho elevadas, implicando no desgaste da saúde e até na mortalidade de trabalhadores, em paralelo a vigência de níveis salariais extremamente baixos. Essa situação trouxe à tona uma série de tensões entre as classes sociais.

De fato, as reações ao empobrecimento e à exploração extrema durante a Revolução Industrial eclodiu em movimentos sociais e ideológicos em busca de justiça e igualdade. Singer (2002, p.24) explica que *“a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e organização fabril da produção”*, evidenciando uma reação dos trabalhadores ao capitalismo extremo.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, o elevado desemprego se espalhou pela Europa, causado em parte pela substituição do trabalho humano pelas máquinas, no contexto da aceleração da industrialização. Dessa forma, a economia solidária surge e ganha força como uma resposta ao desemprego estrutural e às dificuldades que os novos desempregados enfrentam para encontrar empregos.

As condições precárias de trabalho e outros efeitos sociais negativos do capitalismo originaram diversas iniciativas de associativismo e cooperativismo, uma alternativa ao modelo capitalista tradicional. Aleixo (2014), destaca que as associações populares, cooperativas e mutualidades começaram a ganhar força através das iniciativas da própria classe trabalhadora, que buscava responder às difíceis condições impostas pelo capitalismo. Um exemplo dessa mobilização é advindo de Robert Owen, um industrial britânico que se tornou um dos grandes idealizadores do cooperativismo na Inglaterra. Owen propôs Aldeias Cooperativas para os desempregados trabalharem, produzindo sua própria subsistência e troca de excedentes. Objetivava substituir o modelo de capitalismo lucrativo por um modelo cooperativo, com igualdade, participação dos membros e estímulo à economia e o consumo.

As ideias de Owen inspiraram outras pessoas, originando a “primeira cooperativa owenista criada por George Muldie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres” (Singer, 2002, p. 27). Outra idealização semelhante foi a criação da cooperativa de consumo Pioneiros de Rochdale, em 1844, no norte da Inglaterra. Fundada por 28 trabalhadores que desejavam criar um negócio autossuficiente, promovendo um modo mais justo e solidário de fazer economia, inspirado pelos ideais de Owen. Com a Revolução Industrial, muitas pessoas sofreram com práticas econômicas injustas e exploratórias. Os pioneiros de Rochdale acreditavam que a união entre pessoas poderia ser uma solução para isso.

Os trabalhadores possuem habilidades para criar e gerenciar os próprios negócios, estabelecendo relações econômicas baseadas em solidariedade e distribuição justa, práticas de autonomia coletiva, autogestão e trabalho conjunto. Essa abordagem refletia-se na cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, que adota princípios como igualdade de voto, adesão aberta, juros fixos sobre capital, divisão das sobras, vendas à vista e produtos não adulterados, princípios que influenciam o cooperativismo global até hoje, conforme Nespolo e Esteves (2022).

As cooperativas, com sua base de solidariedade e autogestão, adaptaram-se a diversos contextos econômicos e sociais, moldando-se conforme as necessidades locais. Isso permitiu que, na Europa, diferentes tipos de cooperativas se consolidassem. Conforme destaca Laville (2001), surgiram cooperativas de consumo na Inglaterra, cooperativas agrícolas se espalharam por várias regiões, enquanto cooperativas de habitação se estabeleceram na Alemanha, Grã-Bretanha e Suécia. Em países com industrialização retardatária, como França e Itália, as cooperativas de produção operária ganharam destaque.

A economia solidária se espalhou por várias partes do mundo como uma resposta às crises econômicas, ao desemprego e à exclusão social. No Canadá, em especial na região de Québec, ela floresceu através de cooperativas e bancos comunitários. Na Argentina, os clubes de troca apareceram nos anos 1980 como uma solução para o desemprego, permitindo que as pessoas trocassem bens e serviços usando uma moeda local. Em Bangladesh, o Grameen Bank, fundado por Muhammad Yunus nos anos 1970, mudou a vida de muitos ao oferecer pequenos empréstimos a pessoas pobres, ajudando a reduzir a pobreza e promovendo o desenvolvimento. (Singer, 2002).

O Quadro 1, a seguir, traz uma breve evolução da economia solidária no contexto mundial, como uma resposta ao capitalismo industrial em direção a um movimento global.

Quadro 1 - Aspectos gerais da evolução da economia solidária no mundo – séc. XIX ao séc. XXI

Contexto	Local	Desenvolvimento
Século XIX	Europa	Surgimento das primeiras ideias de economia solidária, implementação das primeiras cooperativas e surgimento de cooperativas de créditos.
Século XX	Global	O movimento cooperativo se expandiu globalmente. A Corporação Cooperativa de Mondragón na Espanha se tornou um exemplo de sucesso. Em Bangladesh, o Grameen Bank fomentou o microcrédito a empreendedores pobres, facilitando o desenvolvimento econômico do cooperativismo de crédito. Já no Canadá e Argentina, surgiram clubes de troca em resposta ao desemprego e às crises econômicas.
Final do século XX e início do século XXI	Global	A economia solidária voltou a ganhar força como uma alternativa ao capitalismo, focando na cooperação e justiça social.

Fonte: Elaboração própria.

Cabe notar que, inicialmente, a economia solidária objetivava criar ambientes de trabalho mais justos e cooperativos. Com o tempo, passou a se expandir para incluir diversos formatos de empreendimentos solidários. O movimento também se adaptou aos diferentes contextos e crises econômicas inovando com práticas como microcrédito e clubes de troca, sempre com o objetivo de construir uma economia mais colaborativa e sustentável. Ao longo dos anos, a economia solidária se consolidou como uma alternativa viável e necessária para um desenvolvimento econômico mais equitativo e humano.

2.2 A economia solidária no Brasil: Breve contextualização

A economia solidária surgiu no final do século XX por meio de várias iniciativas dos trabalhadores para enfrentar o desemprego e as condições precárias de trabalho, buscando criar formas alternativas de trabalho que não dependessem do emprego tradicional, em particular, no contexto da grave crise que se estendeu pela década de 1980 (Carvalho, 2012).

A economia solidária, todavia, se consolidou nos anos de 1990, com o surgimento de projetos econômicos que passaram a valorizar a associação livre de pessoas, reconhecidos pelo caráter participativo e fundamentados em princípios de cooperação e autogestão. No campo de práticas identificadas com a economia solidária, surgem diferentes categorias sociais e de organização - incluindo unidades informais de trabalho e geração de renda, associações de produtores e consumidores, cooperativas populares, empresas recuperadas por trabalhadores, sistemas locais de troca e bancos comunitários (Gaiger; Kuyven, 2020).

Ao longo de sua evolução, a economia solidária desempenhou um papel essencial na inclusão de grupos que sempre estiveram à margem da sociedade brasileira, ganhando impulso com a criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão, voltada para as empresas recuperadas por trabalhadores e empreendimentos autogestionários. O Projeto Alternativas do Cone Sul incentivou a sociedade solidária também ajudou a fundar a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, assim como as incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a rede Unitrabalho, que expandiram o papel das Universidades no apoio a iniciativas econômicas solidárias. O movimento sindical também contribuiu, especialmente através da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que mobilizou sindicatos para apoiar diversas iniciativas. Singer (2002) ainda menciona a importância da entidade Cáritas, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que financiou inúmeros pequenos projetos para gerar trabalho e renda nas periferias e zonas rurais.

Em termos das ações institucionais e políticas públicas, as contribuições para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil ganharam destaque a partir do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em 2001. Amorim e Araújo (2004) mencionam esse evento como um marco importante para a economia solidária, pois reuniu mais de 700 pessoas para discutir alternativas baseadas na solidariedade. A partir desse encontro, foram organizadas outras conferências, seminários e grupos de trabalhos que fortaleceram o movimento.

Mais tarde, no terceiro Fórum Social Mundial, em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a economia solidária foi inserida no âmbito do Estado brasileiro, por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, permitindo institucionalizar e apoiar iniciativas no âmbito da economia solidária. A referida secretaria possuía a missão de *“promover o fortalecimento e a divulgação da ES, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”* (Silva e Schiochet, 2013).

Nesse âmbito, a criação do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, concebido pela SENAES e integrado ao Plano Plurianual (PPA) 2005-2008, teve como objetivos principais:

- dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos de autogestão e economia solidária no Brasil;
- qualificar os envolvidos na implementação de políticas públicas voltadas para essa área;
- incentivar a economia solidária entre os empreendimentos de autogestão.
- promover o intercâmbio de experiências e discussões sobre temas correlatos entre os empreendimentos; e
- auxiliar na organização da autogestão para a geração de trabalho e renda para os trabalhadores.

O público abrangido com o programa Economia Solidária em Desenvolvimento foram os trabalhadores em risco de desemprego, desempregados ou autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimentos. Monteiro e Gonçalves (2020) destacam que a SENAES foi responsável por articular e implementar políticas voltadas ao fortalecimento da economia solidária em todo o país. Tais políticas públicas buscavam integrar ações de apoio e fomento, articulando as demandas dos empreendimentos solidários com recursos materiais, financeiros e técnicos.

Em 2010, houve a integração do Programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), pelo Decreto n 7.357/2010, cuja finalidade foi o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando a geração de trabalho e renda, desenvolvimento de referências, integração de políticas públicas, novas metodologias de incubação, formação de estudantes e disseminação da economia solidária.

Mais tarde, a economia solidária foi incorporada no Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, que incorporou a economia solidária como estratégia para erradicar a pobreza extrema. Singer et al. (2011) mencionam que esse plano visou fortalecer a capacidade de autogestão e organização comunitária, promovendo a inclusão econômica de populações vulneráveis, aumentando a renda, mas também buscando transformar a estrutura social. Silva e Schiochet (2013) complementam que as ações do referido plano foram implementadas por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, universidades, e organizações da sociedade civil, criando uma rede robusta de apoio técnico e financeiro para a sustentação das iniciativas de economia solidária.

A integração dessas políticas em diferentes níveis de governo e sua articulação com a organização da sociedade civil são vitais para o sucesso dessas iniciativas de economia solidária, juntamente com as prerrogativas de adaptação às especificidades locais e regionais. Apesar dos avanços significativos das políticas de economia solidária, ainda existem inúmeros desafios que precisam ser superados. Singer et al. (2011) e Silva e Schiochet (2013) destacam que um dos principais obstáculos é a burocracia envolvida na implementação dessas políticas, a saber, a complexidade dos processos administrativos e necessidade de articulação entre diferentes níveis de governo e organização da sociedade civil. Também a falta de um marco regulatório adequado, que dificulta a formalização dos empreendimentos solidários, limitando seu acesso a benefícios fiscais e de créditos para impulsionar o crescimento. Ademais, a necessidade de maior investimento em capacitação e formação técnica, formação continuada e o apoio técnico são cruciais para garantir o desenvolvimento sustentável e competitivo dos empreendimentos solidários, como estratégia promissora para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, contribuindo de maneira efetiva a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Gaiger e Kuyven (2020) destacam que as políticas públicas desempenharam um papel central no fortalecimento da economia solidária no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, quando o tema passou a integrar de forma mais expressiva a agenda pública. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2006, representou um marco na institucionalização do campo, possibilitando maior apoio financeiro e acesso a linhas de financiamento para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Essas políticas contribuíram significativamente para a organização coletiva, o desenvolvimento local e a inclusão social, ampliando as oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

Entretanto, como observa Silva (2018), as políticas públicas voltadas à economia solidária passaram por um ciclo de expansão, seguido de retração a partir de 2015, em decorrência de mudanças nas prioridades dos diferentes governos que ocuparam a presidência, nas últimas décadas. Embora inicialmente tenham promovido a inclusão social e fortalecido economicamente os EES, a crise política e econômica do biênio 2015-2016 resultou em cortes orçamentários e na redução da capacidade de execução dos programas da ES.

Adicionalmente, a SENAES perdeu seu *status* de secretaria em 2019, sendo extinta e tendo suas atribuições redistribuídas entre diferentes áreas do governo – um cenário que comprometeu a articulação de estratégias consistentes para o setor. Somente em janeiro de 2023, com a publicação do Decreto nº 11.359/2023, a secretaria foi recriada. Esse histórico evidencia a necessidade de estratégias mais estáveis e sustentáveis para o fortalecimento do campo no Brasil.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO A ALTERNATIVA À ECONOMIA TRADICIONAL: PRINCÍPIOS BÁSICOS E OBJETIVOS

Como foi mencionado, a economia solidária é um modelo alternativo à exploração dos meios de produção nos moldes do sistema capitalista, uma nova forma de pensar o modo de produção, promovendo a propriedade coletiva, a gestão democrática e a distribuição equitativa dos benefícios, focando no desenvolvimento sustentável e na justiça social, em oposição à economia tradicional é baseada na propriedade privada, maximização do lucro e na exploração dos meios de produção (Singer, 2002).

Trata-se de um conjunto de práticas econômicas e sociais, tendo como objetivo a promoção do ser humano e do bem-estar social, estabelecendo uma estrutura pensante no âmbito democrático e trazendo a autogestão como objeto de constituição (Gaiger, 2009). Se baseia na autogestão, promovendo a autonomia coletiva e democrática para a criação de relações econômicas que sirvam principalmente aos trabalhadores em seu modo de produção. É a economia solidária que faz frente ao capital, gerando igualdade e a distribuição de riquezas geradas (Nespolo e Esteves, 2022).

Neste sentido, a economia solidária pode ser entendida a partir de três perspectivas:

- economicamente: é um modelo de atividades econômicas baseado na autogestão, onde todos são trabalhadores e proprietários, eliminando a separação entre patrões e empregados.
- culturalmente: promove um estilo de vida e consumo que valoriza produtos locais e sustentáveis, incentivando a cooperação em vez da competição.
- politicamente: é um movimento social que busca um desenvolvimento centrado nas pessoas e comunidades, com base na solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2016).

A solidariedade pode ser compreendida por meio de diferentes teóricos. Marx (2012) vê a solidariedade como uma ligação entre pessoas que compartilham experiências de exploração sob o capitalismo. Considera essa união essencial para a luta coletiva contra a injustiça e a opressão, sendo uma força vital na busca por um mundo mais justo e igualitário. Esse conceito

destaca a importância da união e do apoio mútuo entre aqueles que enfrentam condições semelhantes de exploração, reforçando a ideia de que a solidariedade é crucial para promover mudanças sociais significativas.

Em linha com essa visão, Quintana e Reis (2017) argumentam que a solidariedade é um princípio fundamental para sustentar uma sociedade mais justa. A solidariedade não limita a liberdade individual, mas a complementa, incentivando ações em prol do bem-estar social coletivo. Essa abordagem sugere que a solidariedade deve ser vista como um meio para alcançar o bem comum.

Além da conceituação, a solidariedade também se manifesta em práticas, como o aval solidário. O aval solidário é um modelo de financiamento onde a responsabilidade pelos empréstimos é coletiva, ou seja, em vez de depender de garantias individuais, dificultando o empréstimo, a comunidade como um todo se responsabiliza pelo reembolso do empréstimo (Singer, 2002).

A solidariedade é mais do que um conceito ou uma prática específica, é uma necessidade urgente em nossa sociedade atual. Em mundo marcado por desigualdades profundas e desafios globais, a solidariedade se apresenta como uma força poderosa capaz de unir pessoas em torno de objetivos comuns e promover mudanças significativas.

A autogestão, por sua vez, se refere à administração realizada por todos aqueles que compartilham o negócio, trazendo igualdade entre as pessoas. Em outras palavras, a administração se faz de forma coletiva. Segundo Faria (2017), a autogestão propõe uma forma de organizar a sociedade na qual as pessoas possuem controle sobre suas vidas e trabalho, ultrapassando as estruturas capitalistas que colocam o lucro acima de tudo, muitas vezes a custos da exploração e dominação de alguns sobre outros. Tem como mérito principal não a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano, que passa a se inserir nas discussões e decisões coletivas, levando a educação e conscientização dos associados, que se tornam mais autoconfiantes e seguras (Singer, 2002).

Conforme Faria (2017, p. 632), a autogestão “*deve ser entendida como modo de produção, ou seja, como um sistema de relações sociais coletiva de produção das condições materiais de existência*”. É o rompimento dos aspectos do sistema capitalista tradicional, no qual o trabalhador cumpre ordens superiores, sem possibilidade de questionamentos. A autogestão oferece um caminho promissor para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao promover a participação ativa e equitativa de todos os membros de uma organização, ela não apenas desafia as estruturas hierárquicas tradicionais, mas também valoriza o desenvolvimento humano e a educação coletiva.

Por fim, a cooperação se refere à parceria entre pessoas, participando de um esforço coletivo, no qual cada um contribui para o sucesso da ação. É o sentimento de estar comprometido com um objetivo compartilhado, fazendo oposição ao individualismo. Lorentziadis (2002) enfatiza que a cooperação surge da opção das pessoas por uma solução que atenda aos interesses dos envolvidos em uma situação difícil ou desafiadora. Envolve a colaboração ativa, onde os membros do grupo se unem para aproveitar suas habilidades individuais em prol do bem comum, contribuindo para o sucesso mútuo, impulsionando o desenvolvimento coletivo e alcançando resultados que seriam difíceis de alcançar individualmente (Damázio e Castro (2012).

Em um mundo cada vez mais interconectado, a capacidade de trabalharmos juntos em direção a objetivos comuns é fundamental para superar os desafios complexos que enfrentamos. A cooperação não apenas amplia as habilidades individuais, mas também cria um ambiente de apoio mútuo, onde cada pessoa se sente valorizada e motivada a contribuir.

Um destaque adicional no que se refere aos princípios da economia solidária é a democracia. A democracia é um princípio central na economia solidária, pois segundo Singer (2002) a igualdade entre os participantes é fundamental e cada indivíduo tem o mesmo poder de decisão. Quando há necessidade de delegar responsabilidades, essa delegação é feita através de votação igualitária. As pessoas que são escolhidas para representar os outros membros, devem se submeter à vontade coletiva. A democracia no contexto da economia solidária busca garantir que todos os envolvidos tenham voz e participação ativa nas decisões econômicas, promovendo um sistema mais justo.

A democracia é crucial para o sucesso e a legitimidade da economia solidária. Ao garantir que todos os participantes tenham uma voz igual nas decisões, cria-se um ambiente de transparência e confiança, onde cada indivíduo sente que suas opiniões e necessidades são valorizadas. Algumas diferenças entre a economia tradicional e a economia solidária podem ser vistas no Quadro 2.

Quadro 2 - Diferenças entre economia tradicional e economia solidária

ECONOMIA TRADICIONAL	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Capital e trabalho são recursos de pessoas diferentes	Capital e trabalho pertencem aos trabalhadores
Objetivo: lucro	Objetivo: retorno social e financeiro
Individualismo e competição	Solidariedade e cooperação
Concentração dos ganhos nos donos da empresa	Distribuição dos ganhos entre donos, que são os trabalhadores
Agentes Econômicos	Agentes econômicos e sociais
Trabalhador é empregado, ganha salário e não participa da riqueza gerada	Trabalhador faz retiradas e divide a riqueza gerada com os demais trabalhadores-empresendedores, participantes do empreendimento.
Poder sobre o mercado	Relacionamento com o mercado
Responsabilidade social é retórica	Responsabilidade social verdadeira
O Estado não participa	O Estado e a sociedade participam

Fonte: Extraído de Betanho e Fernandes (2017, p. 52).

Estudos de caso são fundamentais para compreender como a economia solidária se concretiza em diferentes contextos, revelando as práticas, os desafios e os resultados desses empreendimentos. A seguir, apresentam-se dois casos que ilustram a diversidade e o impacto da economia solidária no Brasil.

O primeiro é o da Rede Justa Trama, analisada por Cezere et al. (2023), que se destaca como um exemplo de negócio de impacto social baseado na gestão solidária. A rede integra todos os elos da cadeia produtiva do algodão agroecológico — da plantação à confecção de roupas — promovendo inclusão social, sustentabilidade e economia circular. A Justa Trama reúne cooperativas de agricultores, fiandeiras, costureiras e artesãos, com base em princípios como a autogestão e a distribuição equitativa dos resultados. Fundada em 2005, está presente em cinco estados brasileiros e conta com mais de 700 cooperados ou associados. O caso evidencia como a economia solidária pode articular diferentes segmentos produtivos, promovendo não apenas desenvolvimento econômico, mas também o fortalecimento de redes colaborativas de trabalho.

O segundo exemplo refere-se à Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana (COOBAFS), analisada por Silva (2015). Fundada em 2003 por ex-catadores de lixo, a cooperativa atua na coleta seletiva e comercialização de materiais recicláveis, beneficiando cerca de 30 cooperados. Apesar de proporcionar geração de renda, a maioria dos membros recebia menos de um salário mínimo, complementando a renda com programas sociais como o Bolsa Família. Embora tenham ocorrido melhorias nas condições de vida — como a aquisição de bens duráveis —, os cooperados enfrentavam desafios significativos, como o preconceito social, a falta de apoio do poder público e as dificuldades de negociação com a indústria recicladora. A ausência de políticas públicas eficazes e o baixo reconhecimento institucional limitam o desenvolvimento da cooperativa, apesar de sua relevante contribuição para a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

Em síntese, a economia solidária representa uma alternativa à lógica tradicional de mercado, priorizando a emancipação política e social dos trabalhadores, com foco na geração de renda, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Ao buscar um equilíbrio mais justo entre as necessidades econômicas e as relações de mercado, ela visa construir uma sociedade mais equitativa e participativa. Tanto a Rede Justa Trama quanto a COOBAFS demonstram que, apesar dos obstáculos, a economia solidária pode ser um instrumento potente de transformação socioeconômica, evidenciando a importância do apoio contínuo e da formulação de políticas públicas consistentes para seu fortalecimento.

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA (2013-2023)

4.1 Artigos na base *Scopus*

Para ampliar a discussão sobre o tema da economia solidária no Brasil realiza-se, na sequência, um estudo bibliométrico. De modo geral, a bibliometria é empregada em várias disciplinas do conhecimento como uma metodologia para gerar indicadores que avaliam a produtividade científica. Para Guedes (2012), a bibliometria é uma área de estudo que usa leis e princípios estatísticos para criar uma base teórica nas ciências da informação. Aplicando essas regras, é possível gerar indicadores para tratar e gerenciar informações e conhecimento.

A escolha da base *Scopus* justifica-se por sua reconhecida abrangência internacional, indexando periódicos de alto impacto revisados por pares, com cobertura multidisciplinar e ferramentas avançadas de análise de citações. Além disso, é amplamente usada em estudos bibliométricos por sua curadoria rigorosa e atualização constante permitindo mapear tendências globais e a visibilidade internacional das publicações. O Quadro 3 mostra os detalhes e/ou as especificações que foram feitas para a pesquisa.

Quadro 3 - Campos de filtros e de busca na base dados Scopus

Base de dados	Palavra-chave	Operador	Campo de busca
Scopus	Solidarity economy	OR	Article title, Abstract, Keywords
	Solidarity enterprises	OR	Article title, Abstract, Keywords
	Workers cooperatives	OR	Article title, Abstract, Keywords
	Brazil	AND	Article title

Fonte: Elaboração própria.

Utilizando as palavras-chaves *Solidarity economy* (Economia solidária), *Solidarity enterprises* (Empreendimentos solidários) e *Workers cooperatives* (Cooperativas de trabalhadores), operadores lógicos booleanos OR e AND e o campo de busca direcionado *Article title, Abstract e Keywords* foi possível localizar, entre os anos de 2013 a 2023, 38 trabalhos distribuídos durante esses anos.

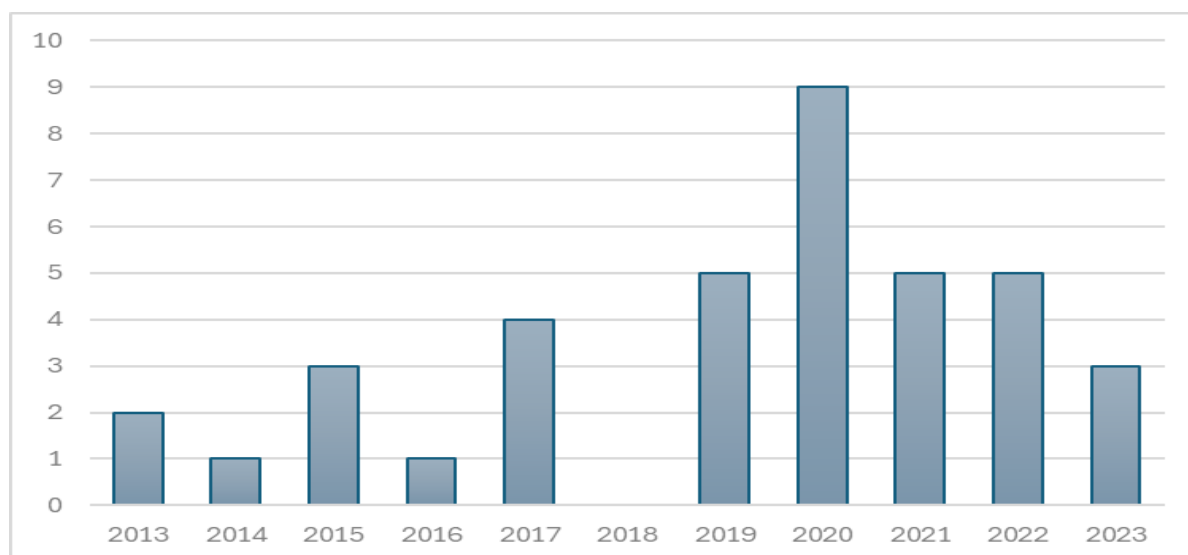


Gráfico . Quantidade de publicações por ano

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das publicações ao longo dos anos, evidenciando uma trajetória modesta, principalmente até 2016, tornando-se mais expressiva após 2017. Observa-se um crescimento de publicações entre 2019 e 2020, quando o número de artigos mais que dobrou. Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo maior interesse acadêmico ou relevância crescente do tema na comunidade científica. Considerando que as publicações acontecem com certa defasagem em relação ao período em que foram escritas, outra explicação poderia ser a piora do cenário econômico nos anos anteriores, particularmente 2015 a 2020, quando a economia brasileira enfrentou uma severa recessão (2015-2016), seguida de uma estagnação prolongada (2017-2019), até que a pandemia da COVID-19, tornou ainda mais grave a situação em 2020. Nota-se ainda que, no ano de 2018, não houve nenhuma publicação registrada sobre o tema.

A análise bibliométrica também é uma ferramenta que mostra resultados qualitativos para avaliar a qualidade das pesquisas publicadas. Ela também possibilita mensurar a importância dessas pesquisas por meio das citações que os trabalhos recebem.

O Quadro 4, a seguir, destaca os artigos mais citados, revelando publicações de maior impacto na área. O estudo de Gutberlet (2015), com 115 citações, demonstra a relevância das práticas coletivas na gestão de resíduos. Em seguida, o trabalho de Leca *et al.* (2014) sobre as incubadoras de cooperativas para comunidades carentes tem 65 citações, reafirmando a importância das iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Quadro 4 - Artigos mais citados da base de dados

Título	Autores	Ano	Citações
Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling	Gutberlet, J.	2015	115
Building Critical Performativity Engines for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil.	Leca, B., Gond, J. -P., Barin Cruz, L.	2014	65
Silicosis prevalence and risk in semi-precious stone mining in Brazil	Souza, Tamires P.; Watte, Guilherme.; Gusso, Alaíde M.; Souza, Rafaela; Moreira, Jose da S.; Knorst, Marli M.	2017	29
Participatory solid waste governance and the role of social and solidarity economy: Experiences from São Paulo, Brazil	Gutberlet, J., Besen, G.R., Morais, L.P.	2020	16
Social and solidarity and agroecology in family agriculture cooperatives in Brazil as a form of development of sustainable agriculture	do Nascimento, F.S., Calle-Collado, A., Benito, R.M.	2020	16
Social and solidarity economy and the need for its entrepreneurial ecosystem: Current challenges in Brazil	Morais, L.P., Basic, M. J.	2020	15
Social enterprises in Brazil: Socially produced knowledge versus social innovation	Godói-de-Souza, E., Júnior, V. M. V.	2013	15
Social and economic importance of textile reuse and recycling in Brazil	Baruque-Ramos, J., Amaral, M.C., Laktim, M.C., Araujo, F. B., Zonatti, W. F.	2017	12
Racial capitalism and epistemic injustice: Blindspots in the theory and practice of solidarity economy in Brazil	Ferreira, P.	2022	10
Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil	Nagem, F. A., Silva, S. P.	2013	7

Fonte: Elaboração própria.

A análise do número de citações dos artigos também dá uma indicação acerca da relevância dos trabalhos e é importante para o desenvolvimento de novos trabalhos, contribuindo para o desenvolvimento científico.

O Quadro 5 mostra os dados da produção científica e o respectivo impacto nos países. O Canadá e a França se destacam pelo alto impacto, apesar do menor número de artigos publicados, enquanto o Brasil mostra alta atividade de pesquisa, mas com impacto relativamente menor por documento.

Quadro 5 - Quantidade de citações por país

País	Publicações	Citações
Canadá	4	196
Brasil	28	140
Reino Unido	4	73
França	1	65
Estados Unidos da América	3	18

Fonte: Elaboração própria.

O software VOSviewer, que é uma ferramenta utilizada para construção e visualização de mapas baseados em redes bibliométricas, foi utilizado para extrair e mensurar os países que mais publicaram, conforme apresentado na Figura 1.

Nota-se, no Quadro 5, que o Brasil é o país com maior quantidade de publicações sobre a temática pesquisada.

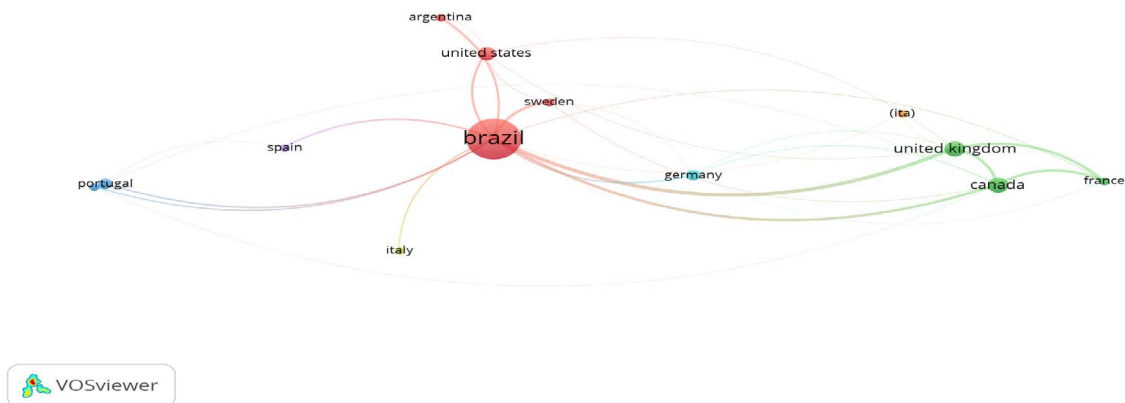


Figura 1. Países que mais publicaram sobre o tema Economia Solidária

Fonte: Extraído do VOSviewer.

A Figura 2, também extraída do *Software VOSviewer*, mostra as palavras-chaves utilizadas nos trabalhos analisados. De modo geral, pode-se observar que as palavras chaves mais utilizadas foram *Brazil*, *social and solidarity economy*, *cooperatives* e *solidarity economy*

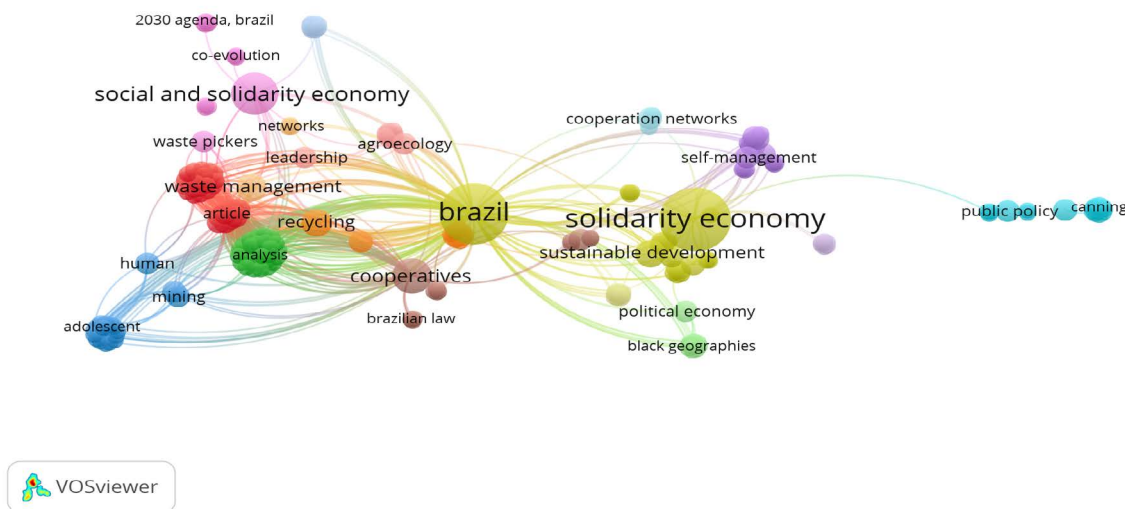


Figura 2. Palavras-chaves utilizadas nas publicações

Fonte: Extraído do VOSviewer.

A análise bibliográfica realizada sobre a produção científica relacionada à economia solidária, no Brasil entre 2013 e 2023, mostra a relevância deste campo de estudo. A análise também destacou a inserção internacional deste tema, com a contribuição de outros países para a literatura, a exemplo do Canadá e França, fortalecendo as pesquisas sobre a economia solidária.

4.2 Base de dados SciELO

A inclusão da base SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) neste estudo bibliométrico justifica-se por sua relevância estratégica para análises focadas na produção científica latino-americana e brasileira. Essa característica é fundamental para capturar estudos contextuais sobre economia solidária desenvolvidos, muitas vezes publicados em periódicos nacionais e menos representados em bases internacionais.

Além disso, a SciELO é amplamente reconhecida por sua característica rigorosa e por fomentar a visibilidade de temas regionais, tornando-a indispensável para análise que demandam compreensão aprofundada de dinâmicas locais. Acrescenta-se que, para garantir compatibilidade metodológica com a análise da *Scopus*, aplicaram-se os mesmos critérios temáticos e temporais, adaptando as palavras chaves para o português:

- 1) Palavras-Chave: (Economia solidária) OR (Empreendimentos solidários) OR (Cooperativa de Trabalhadores);
- 2) Período: 2013-2023; e
- 3) Campo de Busca: Título e Resumo;

A busca identificou 284 artigos entre 2013 e 2023. O Gráfico 2 ilustra a distribuição anual das publicações, revelando tendências distintas em comparação à *Scopus*. Por exemplo,

observa-se um pico de produção em 2016-2017, período marcado por cortes em políticas públicas sociais no Brasil, e outra em 2020-2021, associado à pandemia de COVID-19 e ao debate sobre alternativas econômicas inclusivas.

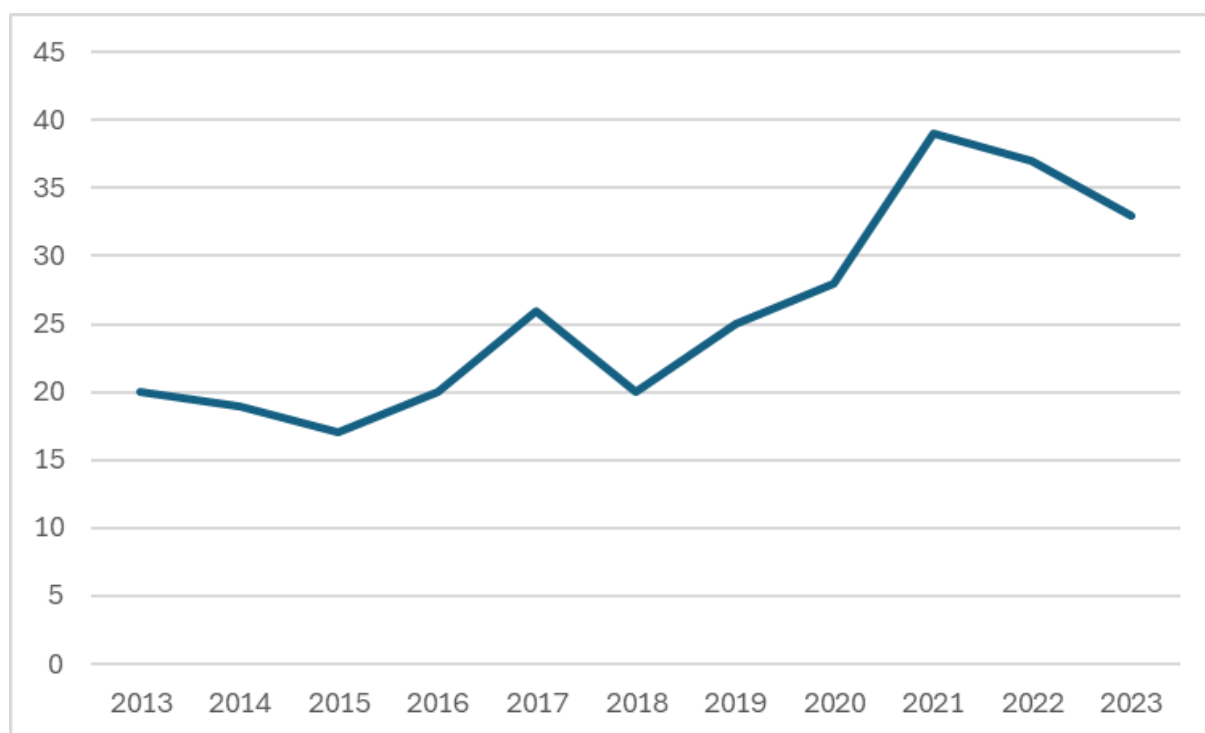


Gráfico 2. Quantidade de publicações por ano.

Fonte: Elaboração própria.

A SciELO não apenas valida a relevância da economia solidária, mas também expõe como a academia responde a crises estruturais. Em suma, a inclusão da base de dados neste estudo é essencial para uma análise abrangente e precisa da economia solidária, dado seu papel em consolidar e divulgar a produção científica local, que muitas vezes não é adequadamente representada em bases de dados internacionais.

4.3 Catálogo de teses e dissertações da CAPES

O catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) é um banco de dados público que reúne informações sobre dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nas instituições de ensino superior brasileiras, caracterizando-se como ferramenta essencial, permitindo o acesso a uma vasta quantidade de trabalhos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento.

Como exemplo da abrangência e utilização deste banco de dados, o Quadro 6 apresenta a quantidade de trabalhos encontrados na base da CAPES utilizando os filtros de buscas, economia solidária, empreendimentos solidários e cooperativas de trabalhadores. A quantidade de trabalhos encontrados para o período de 2013 a 2023 demonstra como os temas ligados à economia solidária estão sendo discutidos nas academias brasileiras.

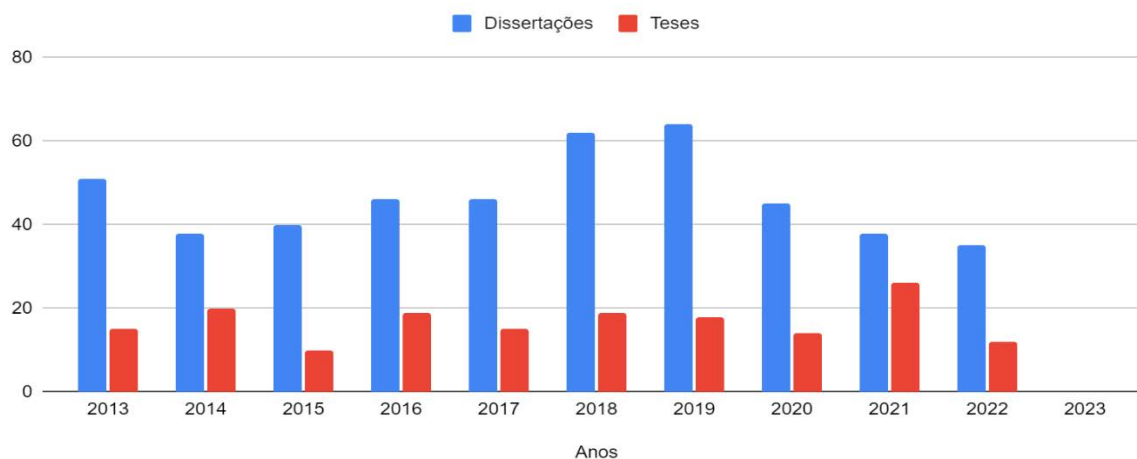
Quadro 6 - Campos de filtros e quantidade de trabalhos encontrados na base CAPES

Base de dados	Filtro de busca	Quantidade de trabalhos
Catálogo de teses e dissertações Capes	Economia solidária	633
	Empreendimentos solidários	79
	Cooperativa de trabalhadores	110

Fonte: Elaboração própria.

E para demonstrar os resultados obtidos e proporcionar uma melhor visualização dos dados, foram realizados gráficos por temas, permitindo o acompanhamento das quantidades de pesquisas acadêmicas (Dissertações e Teses) ao longo dos anos analisados.

O Gráfico 2 mostra a distribuição de dissertações e teses em economia solidária ao longo dos anos de 2013 a 2023. Observa-se um pico de produção em 2018 e 2019, indicando um período de maior interesse e atividade nessa área. É importante notar que não há informações disponíveis no banco de dados para o ano de 2023.

**Gráfico 3. Dissertações e Teses em Economia solidária**

Fonte: Elaboração própria.

Já na temática de empreendimentos econômicos, observa-se no Gráfico 3 um aumento do interesse acadêmico de mestrandos sobre o tema em 2013, apresentando um volume significativo, seguindo por uma diminuição nos anos subsequentes, com alguns picos ocasionais. Nota-se também a falta de teses publicadas sobre esse tema no decorrer dos anos.

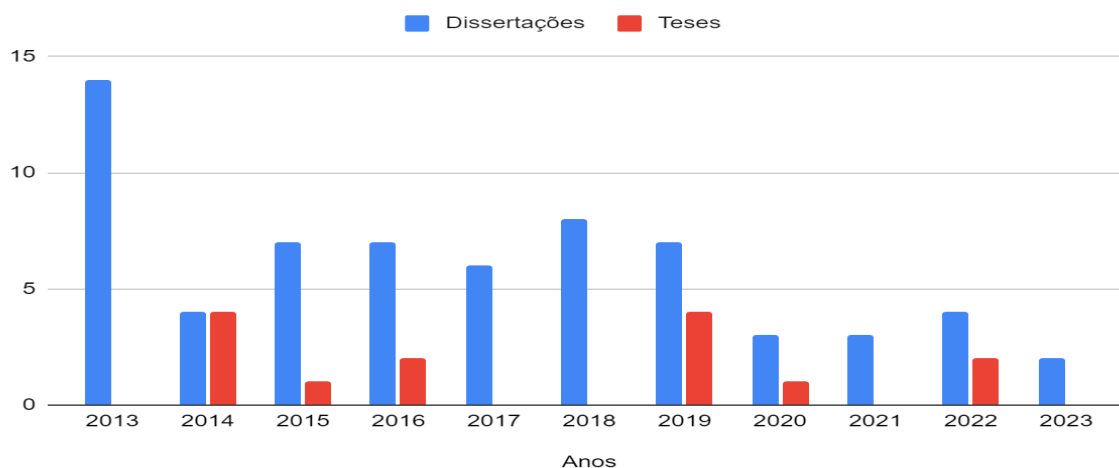


Gráfico 4. Dissertações e Teses em Empreendimentos econômicos

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição de dissertações e teses sobre cooperativas de trabalhadores. Esse tema teve uma produção relativamente estável ao longo dos anos, com aumentos significativos na produção de dissertações em 2018 e 2020. Observa-se também que, em 2019 e 2023, houve interesse maior de doutorandos sobre o tema.

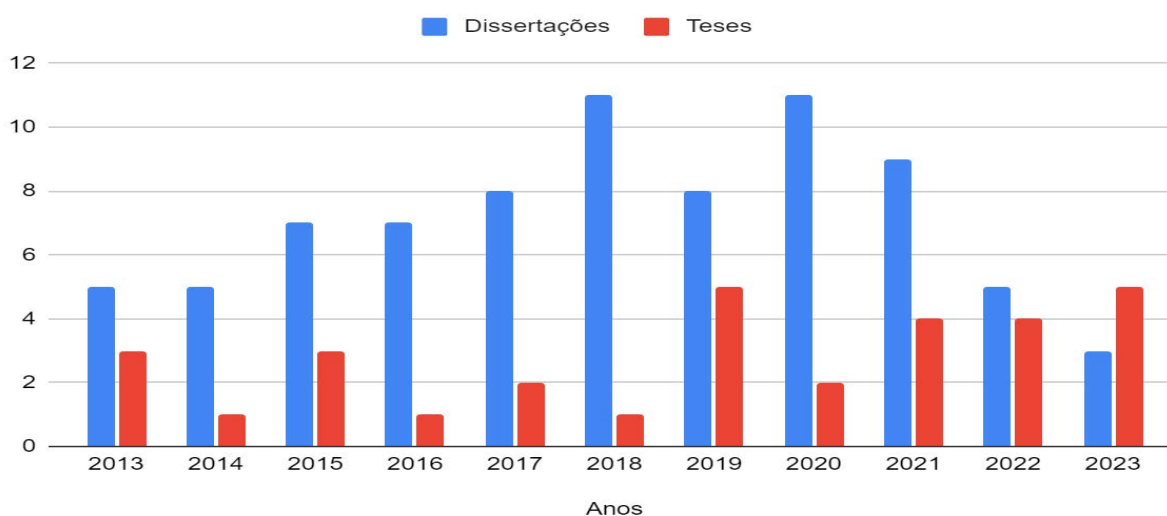


Gráfico 5. Dissertações e Teses em Cooperativas de trabalhadores

Fonte: Elaboração própria.

Os Gráficos 3, 4 e 5, analisados anteriormente, revelam tendências significativas na produção acadêmica brasileira. Observa-se que os temas relacionados à economia solidária e às cooperativas de trabalhadores registraram picos de interesse em determinados períodos, refletindo momentos de intensificação das pesquisas nessas áreas. Esses picos parecem estar associados, em grande medida, a contextos de crise ou estagnação econômica, nos quais se ampliam as discussões sobre alternativas ao modelo econômico dominante e ganha relevância o papel das formas coletivas e solidárias de organização do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como a economia solidária surgiu e se desenvolveu no mundo e no Brasil, evidenciando a capacidade de amenizar os problemas advindos do desenvolvimento do sistema capitalista, oferecendo novas abordagens para os problemas como o desemprego estrutural e as dificuldades enfrentadas por trabalhadores em diversos contextos. A pesquisa também mostrou que, ao contrário do capitalismo tradicional, que visa maximizar lucros e concentrar riquezas, a economia solidária foca na cooperação, autogestão e distribuição justa de benefícios.

Também indicou um processo de mudança nas políticas e instituições brasileiras de modo a contemplar ações de iniciativas solidárias. Por fim, quanto à pesquisa acadêmica, medidas pelas bases da *Scopus* e o catálogo de dissertações e teses da CAPES, notou-se um crescimento das publicações deste campo.

Uma limitação significativa identificada foi a burocracia envolvida na implementação de políticas públicas, o que dificulta o acesso a benefícios fiscais e de créditos para os empreendimentos solidários. Essa burocracia se manifesta na complexidade dos processos administrativos e na necessidade de articulação entre níveis de governo e organizações da sociedade civil.

É importante, neste sentido, que haja o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a economia solidária, com ênfase na simplificação dos processos administrativos e na criação de um marco regulatório que facilite a formalização dos empreendimentos. Investimentos em capacitação técnica e formação contínua também são cruciais para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos solidários.

Futuras pesquisas poderiam explorar mais profundamente as práticas de autogestão e cooperação em diferentes contextos regionais, analisando suas especificidades e resultados. Também, investigar o impacto de políticas públicas específicas sobre a economia solidária e como essas políticas podem ser aprimoradas para promover o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, A. S. D. F. **Da Economia Social para a Economia Solidária. Dissertação.** (Mestrado em Economia Social e Solidária) - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2002.
- AMORIM, B. M.; ARAUJO, H. E. **Economia Solidária no Brasil: Novas formas de relações de trabalho?** Brasília: Ipea, 2004. (Nota Técnica, 24).
- BETANHO, C. FERNANDES, J. E.; **Economia Popular Solidária - Origens, Conceito, Limites e Desafios. Navegando Publicações,** Uberlândia, p. 39-61, 2017.
- CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: Uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- CEZERE, M. L S.; SANTOS, A. C. M. Z.; SOUZA, A. C. A. **Negócio de impacto social com gestão de economia solidária: um estudo de caso brasileiro da Rede Justa Trama.** In: Mercado

de trabalho: conjuntura e análise. Rio de Janeiro: Ipea, Abr/2023. p. 219-236. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12010>. Acesso em: 01 maio 2025.

CASTRO, L. H.; DAMÁSIO, A. M. **Referências de Cooperação do Sebrae**. Brasília: Sebrae, 2012.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 84, p. 81-99, Mar. 2009.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.35, n.103, p. 01-18, 2020.

GUEDES, V. L. S. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, 6(2), p. 74-109, 2020.

GUTBERLET, J. Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling. **Waste Management**, v. 45, p.22-31, 2015.

FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. O que é economia solidária? **Cirandas**, Brasília, 04 de Mar. de 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 02 de junho de 2024.

LAVILLE, J. L. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, n.01 e 02, p.57-99, 20, Dez. 2001.

LECA, B.; GOND, J-P.; CRUZ, L. B. Building ‘Critical Performativity Engines’ for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil. **Organization**, v. 21, p. 683-712, 2014.

LORENTZIADIS, R. A. B. **Cooperação Organizacional: Sua importância e promoção sob os aspectos da motivação e da personalidade**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

MARX, K. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução: Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MONTEIRO, L.; GONÇALVES, S. L. Os empreendimentos políticos da economia solidária no Brasil: As ideias de Singer, Gaiger e Arruda. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro, v. 22, n.1, 2020.

NESPOLO, N. I.F; ESTEVES, E G. Economia solidária: estratégias para incluir e transformar. **Friedrich Ebert Stiftung**. São Paulo, p. 1-16, Out. 2022.

BRASIL. Decreto n 7.357, de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, p. 1. 18 de nov. 2010. Seção 1.

SILVA, Sandro Pereira. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, IPEA, n. 2434, Nov./ 2018.

SILVA, Barbosa de Santana. **Cooperativismo e Economia Solidária**: Um estudo de caso junto à cooperativa de Badameiros de Feira de Santana - COOBAFS. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SINGER, P.; **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. **Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria**. O Brasil sem Miséria. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Brasília, p. 425-445, 2014.

SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria: A construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Mercado de Trabalho**, Brasília, IPEA, v. 15, p. 69 - 81, fev. 2013.

QUINTANA, J. G.; REIS, J. R. O princípio da solidariedade como meio de realização do macro princípio da dignidade. **Revista Constitucional e Garantia de Direitos**. Natal, RN, v.10, n. 1, p. 223-242, Jan. 2018.